



**RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	44.844	24.518
Consumidores e concessionárias	4	196.631	316.410
Impostos e contribuições sociais	5	33.479	21.300
Outros créditos		491	217
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>275.445</b>	<b>362.445</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores e concessionárias	4	221.618	221.618
Tributos diferidos	6	287	338
Cações e depósitos vinculados	8	7.149	7.081
		228.054	229.337
Investimentos	9	400	400
Imobilizado	10	341	439
Intangível	11	2.449	1.487
		3.190	2.326
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>232.244</b>	<b>231.363</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>507.689</b>	<b>593.808</b>

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	168.306	278.559
Outras contas a pagar	5	7.207	11.381
Dividendos	13	87.334	82.719
Empréstimos e financiamentos	14	1.969	56.323
Outras contas a pagar	14	1.369	2.716
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>265.546</b>	<b>431.798</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	137.463	73.003
Outras contas a pagar		1.136	107
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>138.599</b>	<b>73.110</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16.1	26.217	26.217
Reservas de lucros	16.3	77.327	82.863
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>103.544</b>	<b>88.900</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>507.689</b>	<b>593.808</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2015	2014
<b>Recostas</b>			
Custo do serviço de energia elétrica	17	2.062.117	2.862.162
Custo com energia elétrica	18	(2.002.682)	(2.747.273)
Custo de operação		(6.586)	(10.371)
Custo do serviço prestado a terceiros		(109)	(289)
<b>Total</b>		<b>(201.177)</b>	<b>(2.757.924)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>50.740</b>	<b>104.238</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas	18	138	1.583
Despesas gerais e administrativas		(6.163)	(8.223)
Depreciações e amortizações		(347)	(471)
Outras despesas e receitas operacionais		(6.372)	(7.079)
<b>Total</b>		<b>(12.750)</b>	<b>(16,354)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>63.490</b>	<b>87.884</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	5.288	2.302
Despesas financeiras		(18.808)	(10.779)
<b>Total</b>		<b>(13.520)</b>	<b>(8.477)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>49.970</b>	<b>79.407</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.807)	(8.688)
<b>Total</b>		<b>(7.807)</b>	<b>(8.688)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>42.163</b>	<b>70.719</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(7.858)	(9.747)
<b>Total</b>		<b>(7.858)</b>	<b>(9.747)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.163	70.719
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	28.048	88.688
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(138)	(1.583)
Depreciações e amortizações	5	347
Variação do ativo imobilizado e intangível baixados		76
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	18.137	8.586
Cações e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(68)	(76)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	282	458
<b>Total</b>	<b>46.319</b>	<b>96.138</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Consumidores e concessionárias	119.917	(275.465)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	3.026	1.828
Cações e depósitos vinculados	1.267	1.287
Outros ativos operacionais	(274)	946
<b>Total</b>	<b>124.507</b>	<b>(250.708)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(109.723)	118.593
Outros tributos e contribuições sociais	(12.247)	(25.775)
Outros passivos operacionais	262	282
<b>Total</b>	<b>(121.688)</b>	<b>93.276</b>
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>47.300</b>	<b>(65.294)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.763)	(28.094)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>31.537</b>	<b>(93.388)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Alienação (adição) de investimento	(1.211)	(200)
Adições ao imobilizado e intangível	(1.211)	(796)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.422)</b>	<b>(996)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	(10.000)	74.683
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(10.000)	74.683
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento</b>	<b>(20.000)</b>	<b>(19.500)</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.326</b>	<b>(19.503)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.844	24.518
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>65.170</b>	<b>44.021</b>
<b>Total</b>	<b>20.326</b>	<b>(19.503)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2015	2014
<b>Gerção do valor adicionado</b>		
Receita operacional	2.336.800	3.238.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	2.336.800	3.238.448
Outras receitas	138	1.583
<b>Total</b>	<b>(2.210.424)</b>	<b>(3.031.687)</b>
(+) Insumos adquiridos de terceiros	(2.190.313)	(3.009.514)
Custos da energia comprada	(14.148)	(14.486)
Encargos de uso da rede elétrica	(62)	(69)
Matérias	(3.945)	(5.361)
Serviços de terceiros	(1.956)	(2.237)
Outros custos operacionais	125.376	169
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(947)</b>	<b>(520)</b>
<b>Retenções</b>	<b>125.026</b>	<b>205.843</b>
Depreciações e amortizações	5.442	2.302
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>131.471</b>	<b>205.544</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>131.471</b>	<b>205.544</b>
Receitas financeiras	5.442	2.302
Despesas financeiras	131.471	205.544
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>131.471</b>	<b>205.544</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Personal	7.666	8.592
Remuneração direta	1.173	798
Benefícios FGTS	294	290
Impostos, taxas e contribuições	8.846	36.987
Federais	72.949	91.464
Estaduais	57	62
Municipais	19.608	10.773
Remuneração de capitais de terceiros	688	688
Juros	5.546	1.875
Aluguéis	116.827	151.491
Remuneração de capital próprio	14.644	57,052
Juros sobre capital próprio	131.471	205.544
Lucros retidos		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa ou EDP Comercializadora), Sociedade Empresarial Limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 pelo ato de incorporação de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação, prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil ou no exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

**2 Base de preparação**  
**2.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.  
A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.  
A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.  
**2.2 Práticas contábeis**  
As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias dos itens a que elas se referem.  
**2.3 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.  
**2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia**  
Os contratos celebrados pela Empresa visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para reconhecimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.  
**2.4 Uso de estimativas e julgamento**  
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas quando há evidências de que um ou mais eventos contábeis não ocorrerão após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente resultem em efeitos negativos no fluxo estatístico do ativo do investimento.  
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução do valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.5.  
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro das vendas decorrentes das Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 4) e Provisões técnicas, fiscais e trabalhistas (Nota 15.1).  
**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**2.6 Avaliação ao valor recuperável**  
**Ativo financeiro**  
São avaliados quando há evidências de perda não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Consumidores e Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 4). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos contábeis não ocorrerão após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente resultem em efeitos negativos no fluxo estatístico do ativo do investimento.  
**Ativo não financeiro**  
Se a Administração da Empresa identificar que houve indícios de perda não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil líquido não seria recuperável, a Empresa procede a teste de recuperabilidade dos ativos.  
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.  
**2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**  
**2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Empresa**  
**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**  
A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento de ativos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e inclui principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilidade das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
**IFRS 15 - Recettas de Contratos com Clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**  
Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma estabelece o reconhecimento de receita como transferência de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante os clientes esperam ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando eles deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - "Receitas (IAS18)", o CPC 27 (R1) - "Contratos de Construção (IAS 11)" e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Empresa acredita que as IFRS 9 e 15 possuem gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Empresa efetue uma revisão detalhada dessas implicações.  
**2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2015**  
A Empresa, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações contábeis emitidas pelo Conselho Normativo Técnico nº 06/2014, emitidas pelo CPC, as seguintes normas revisadas e interpretadas: (i) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (ii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (iii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (iv) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (v) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (vi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); (vii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).  
**2.8 Representação dos exercícios anteriores**  
O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Fluxo de Caixa, relativos à 31 de dezembro de 2014, estão sendo representados para melhor apresentação dos saldos.  
A partir de 1º de janeiro de 2015, passou a vigorar o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 605/14. Algumas alterações foram introduzidas neste novo manual, dentre elas, a rubrica de Partes relacionadas foi extinta sendo seus valores reclassificados.  
**2.8.1 Balanço Patrimonial**  
(i) Passivo circulante: R\$56.323 reclassificados da rubrica Partes relacionadas para a rubrica Empréstimos e financiamentos; e  
(ii) Passivo não circulante: R\$73.110 reclassificados da rubrica Partes relacionadas, sendo R\$73.003 para a rubrica Empréstimos e financiamentos e R\$107 para a rubrica Outros créditos.  
No Balanço Patrimonial, pelo fato das reclassificações não acarretarem mudança no Ativo ou Passivo (Circulante e Não Circulante), e portanto, por não ter alteração na posição patrimonial e financeira da Empresa, não está sendo apresentada a terceira coluna.  
**2.8.2 Demonstração do Fluxo de Caixa**  
(i) Fluxo de caixa das atividades de financiamento: R\$74.683 reclassificados da rubrica Partes relacionadas para a rubrica Captação de empréstimos, financiamentos.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	22.305	24.518
Aplicações financeiras - renda fixa	24.283	22.300
<b>Total</b>	<b>44.844</b>	<b>24.518</b>
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em caixa a qualquer momento, sob condições que não envolvam risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Depreciações e amortizações relacionadas a operações comprometidas lastreadas em Debêntures remuneradas a taxa que variam de 98,80% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, sendo em consideração as taxas futuras de papéis similares. Conforme política da Administração, as aplicações são consolidadas para contrapor e o rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e o impacto de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.		

**4 Consumidores e Concessionárias**

Nota	Corrente a vencer Até 60 dias	Corrente vencida	Valores correntes	Saldo líquido em 31/12/2015	Saldo líquido em 31/12/2014
Circulante					
Consumidores					
Clientes livres	81.040			81.040	120.608
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	4.1	80.586	3.878 (605)	83.859	157.881
Energia de curto prazo	4.2	31.732		31.732	37.921
<b>Total Circulante</b>		<b>112.318</b>	<b>3.878 (605)</b>	<b>116.591</b>	<b>196.502</b>
<b>Total</b>		<b>193.358</b>	<b>3.878 (605)</b>	<b>196.631</b>	<b>316.410</b>
<b>Saldo líquido em 31/12/2015</b>				<b>196.631</b>	<b>316.410</b>
<b>Saldo líquido em 31/12/2014</b>				<b>316.410</b>	<b>316.410</b>

**5 Impostos e contribuições sociais**

	Valor líquido em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassif. de tributos	Transfe- rência	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Ativo - Compensáveis</b>									
Imposto de renda e contribuição social	627	79		5	15.198	(633)	1.425	(7.807)	8.894
ICMS	103	56 (103)							56
PIS e COFINS	10.608	201.900				(41)			15.171
IFRR sobre aplicações financeiras	145	767							912
Outros	9.817	54							8.446
<b>Total do Circulante</b>	<b>21.300</b>	<b>202.656</b>	<b>(103)</b>	<b>5</b>	<b>15.198</b>	<b>(674)</b>	<b>(1.425)</b>	<b>(205.105)</b>	<b>33.479</b>
<b>Passivo - a receber</b>									
Imposto de renda e contribuição social	565	7.807		(565)					(7.807)
ICMS	8.791	72.609		(7.314)					5.086
PIS e COFINS	1.563	202.033		(5.495)		(674)			129
IFRR sobre prestações por terceiros	19	1.097		(259)					859
IFRR sobre juros de capital próprio	281	831		(280)					832



**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16.3.1 Lucros retidos a deliberar**

Referem-se à parcela do lucro líquido do exercício a ser deliberada em Resolução de quotista. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

**17 Receitas**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:  
(I) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador e em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;  
(II) Os faturamentos de venda de energia elétrica são efetuados mensalmente.

	2015	2014
Comercialização de energia elétrica	2.198.546	3.054.474
Outras receitas operacionais	138.114	182.354
<b>Receta operacional bruta</b>	<b>2.336.662</b>	<b>3.236.828</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	(72.609)	(91.415)
PIS/COFINS	(201.873)	(283.081)
ISS	(57)	(170)
<b>2.074.545</b>	<b>(374.699)</b>	
<b>Recetas</b>	<b>2.052.117</b>	<b>2.862.162</b>

**18 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (I) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (II) com base na associação direta na receita; e (III) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Empresa apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2015		2014	
	Com energia elétrica	Despesas operacionais	Com vendas	Gerais e administrativas
<b>Não gerenciáveis</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	1.971.023		1.971.023	2.720.887
Encargos de uso da rede elétrica	12.840		12.840	13.146
Outras	1.002.682		18.919	13.240
<b>2.002.682</b>			<b>2.002.682</b>	<b>2.747.273</b>
<b>Gerenciáveis</b>				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (I)	5.296		4.778	10.064
Material	39		23	62
Serviços de terceiros	1.352	109	2.484	3.945
Depreciação	98		98	98
Amortização	249		249	408
PCLD / perdas líquidas			(138)	(188)
Aluguéis e arrendamentos	113		575	688
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(32)
Outras	1.796		303	2.099
<b>8.586</b>	<b>109</b>	<b>(138)</b>	<b>8.510</b>	<b>17.067</b>
<b>Total</b>	<b>2.002.682</b>	<b>109</b>	<b>2.017.419</b>	<b>2.765.003</b>

(I) Em atendimento às melhores práticas do mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBOVESPA, apresentamos o investimento em treinamento da Empresa que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; estudos de estado; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$10.064 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$52 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a treinamentos.

**19 Resultado financeiro**

	2015	2014
<b>Recetas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras e caufões	3.755	25
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida		1.388
Atualização monetária depósitos judiciais	68	51
Juros e multa sobre impostos	7	73
(-) PIS/COFINS sobre Recetas financeiras	(154)	
Outras receitas financeiras	1.612	765
<b>Despesas financeiras</b>	<b>5.286</b>	<b>2.302</b>
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(910)	(1.075)
Juros sobre contratos de mútuo	(172)	(8.586)
Outras despesas financeiras	(1.466)	(1.112)
<b>Total</b>	<b>(19.608)</b>	<b>(10.773)</b>
	<b>(14.320)</b>	<b>(8.471)</b>

**20 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corretas e devidas não são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a bens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	28.048	88.688
Alíquota	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.536)</b>	<b>(30.154)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	(34)	(219)
Deduições	(4)	
Perdas indutíveis	1.886	638
Juros sobre o capital próprio	(212)	(197)
Outras		
Ajustas na DIFP referente exercício social anterior		100
Incentivos fiscais	42	71
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(7.858)</b>	<b>(29.761)</b>
Alíquota Efetiva	28%	34%

**21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando garantir o crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (díbrno, taxa de juros etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatório de risco disponibilizado à Administração.

Em atendimento à Política de investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**21.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.  
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.  
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A base pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:  
• **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Empresa gerencia essas investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• **Emprestimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Outros ao custo amortizado**

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais o juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativos financeiros</b>					<b>Valor Justo</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	22.539		22.539	
<b>Emprestimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento			22.305	24.518	22.305	24.518
Consumidores e concessionárias	4		418.249	538.028	418.249	538.028
<b>Passivos financeiros</b>			<b>463.093</b>	<b>562.546</b>	<b>463.093</b>	<b>562.546</b>
<b>Outros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores	12		168.936	278.659	168.936	278.659
Emprestimos e financiamentos	14					
Contratos de mútuo			137.463	129.326	137.463	129.326
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			744	107	744	107
<b>Total</b>			<b>307.143</b>	<b>408.092</b>	<b>307.143</b>	<b>408.092</b>

**DIRETORIA**

Carlos Emanuel Baptista Andrade  
Diretor-Presidente

José Roberto Pascon  
Diretor

João Carlos de Abreu Guimarães  
Diretor

Paulo Alexandre Pires de Campos Costa  
Diretor

Elisa Saeko Ishizuka Turci  
Gestora Executiva Consolidação e Contabilidade

Renan Silveira Sobral  
Contador - CRC ISP271964/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que julga necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essa auditoria inclui, entre outros, o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência na respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. É possível que existam distorções relevantes nas demonstrações financeiras, mesmo quando os controles internos são considerados eficazes. As estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**21.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.  
Algumas operações com instrumentos financeiros da Empresa apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substanciais semelhantes às que seriam obtidas se fossem negociadas no mercado.

**21.1.3 Mensuração a valor justo**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto econômico das operações com instrumentos financeiros e o valor justo dos instrumentos da Empresa.

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretu ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidos por meio de técnicas de precificação não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atípicos. Quando mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais alto é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**21.2 Gestão de risco**

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Empresa, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**21.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de risco financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa possui risco de mercado associado ao CDI.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo de mensuração das operações com instrumentos financeiros. As informações demonstradas no quadro, mensuram contabilmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indicadores substanciais às datas de vencimento dessas transações, com o cenário 1 (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2015					
		Até 1 ano	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.401	2.401	600	1.200	(600)	1.200
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>2.401</b>	<b>2.401</b>	<b>600</b>	<b>1.200</b>	<b>(600)</b>	<b>1.200</b>
A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentou intervalos entre 10,75% e 15,75%.							

**21.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de risco financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa possui risco de mercado associado ao CDI.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua avançamento operacional. Essa premissa é afirmada quando o balanço patrimonial é elaborado e as operações com instrumentos financeiros são avaliadas. As informações demonstradas no quadro, mensuram contabilmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indicadores substanciais às datas de vencimento dessas transações, com o cenário 1 (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2015					
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores		148.274	3.874	16.788		168.936	278.659
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					744	744	129.433
Empréstimos e financiamentos					137.463	137.463	408.092
<b>Total</b>		<b>148.274</b>	<b>3.874</b>	<b>16.788</b>	<b>137.463</b>	<b>307.143</b>	<b>408.092</b>

**21.2.3 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e é avaliada com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

As comercializações de energia são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre as participantes setoriais.

Os instrumentos financeiros são avaliados com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente com base nas informações extraídas dos relatórios de risco.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Empresa, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**22 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Empresa realizou constituição de Dividendos Intermediários (DISOP) a pagar no valor de R\$4.715, atividade esta que não envolve movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

**23 Compromissos contratuais e Garantias**

**23.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo referem-se aos seguintes compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	104				104	
Obrigações de compra						
Compra de energia	1.732.396	2.355.614	1.118.577	558.894	5.765.481	4.778.984
Materiais e serviços	2.552	1.406	11	5	3.974	6.232
Acidentes pessoais	1.735.020	2.357.020	1.118.588	558.899	5.769.559	4.785.216
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo referem-se aos seguintes compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.						

|--|